



IMPACTOS DO TRABALHO DE EXTENSÃO RURAL NA ORGANIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES RURAIS EM COMUNIDADES DO NOROESTE DO RS

Sessão 4: Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

RESUMO

Com o intuito de discutir os impactos da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) voltada a mulheres, busca-se por meio deste artigo resgatar o trabalho realizado por iniciativa do Estado no Noroeste do Rio Grande do Sul, numa perspectiva crítica sobre gênero na agricultura familiar e atenção a públicos mais vulneráveis. Abordar o tema, a partir do método hipotético-dedutivo e análise bibliográfica e documental, contribui no olhar sistêmico sobre a organização social e comunitária do meio rural, assim como em relação ao acesso à informação e a políticas públicas. A mobilização das capacidades estatais em prol da formação de grupos permitiu a inserção das mulheres em espaços coletivos de troca e que muito da identidade cultural fosse construída e reconstruída, assim como muitos saberes fossem compartilhados. Os resultados indicam a importância desta forma de organização e instrumentalizam a atuação da Ater pública e outras formas de intervenção do Estado no meio rural.

Palavras-chave: Gênero. Desenvolvimento. Extensão Rural. Estado. Sociedade.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A abordagem segue o método hipotético-dedutivo, “o qual testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela referida hipótese” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 32), na perspectiva de um desenho narrativo, utilizado para entender experiências ao contar histórias de pessoas e grupos (SAMPIERI, LÚCIO, COLLADO, 2013). Realizou-se pesquisa documental do trabalho realizado pela Emater/RS-Ascar na região de Santa Rosa (RS), entre as décadas de 1970 e 2020, quando se intensificou a organização de grupos de mulheres.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

A formalização da extensão rural, em meados da década de 50, esteve inserida no projeto nacional de modernização da agricultura brasileira, com ênfase na melhoria dos níveis de produção. Contudo, com a expansão do serviço no território brasileiro começam a ser percebidos desafios na introdução das melhorias almejadas.

Ao orientar sobre a extensão, Bechara (1954) alertava que os primeiros resultados do trabalho indicavam que a preocupação geral dos serviços oferecidos vinha sendo a produção e “muito pouco o produtor”. O autor (*op.cit*) relata que os resultados das fazendas experimentais mostravam que pouco adiantava oferecer acesso ao crédito e uma assistência médica a fim de cura, sem unir o trabalho ao caráter educacional.

Para tomar o crédito e adotar melhorias na produção, era preciso que, primeiramente, as famílias tivessem acesso a questões básicas como alimentação adequada e saúde. Diante das dificuldades, o Estado passou a intervir com o envio de extensionistas a diferentes regiões do Rio Grande do Sul a partir do final da década de 50. Kappel (2015, p.6), primeiro engenheiro agrônomo da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar) no noroeste gaúcho, relata que desde que a primeira extensionista de Bem-Estar Social Hirmengard Lecke chegou à Santa Rosa, em 1957, houve uma significativa transformação no contexto. As equipes possuíam profissionais voltadas à área social para atender para além das questões produtivas, incluindo todos os membros da família nas atividades de Ater.

Em 1967 ocorre a reformulação de normas básicas para o planejamento de extensão rural no RS. Para a atuação em bem-estar social foram incluídas atividades como educação, alimentação, saúde e habitação, tendo-se como atividades-suporte, ação comunitária, organização da juventude, crédito rural educativo e cooperativismo. (BICA, KRAHENHOFER, FABIÃO, 2005).



A partir de 1969, Clubes de Senhoras e Moças foram criados em diferentes pontos do Estado do RS e seguiam estatutos, que possuíam objetivos em comum, descritos pelos autores (*op. cit*, 2005, p. 48), entre eles, desenvolver a capacidade física, espiritual e profissional da mulher; valorizar os afazeres domésticos e propiciar o desenvolvimento de habilidades que possibilitem o aperfeiçoamento da qualidade de vida; promover a troca de conhecimentos e experiências úteis e criar melhores condições de educação e de recreação.

Essa organização também esteve em consonância com o contexto histórico dos anos 70, quando, conforme Rodríguez (2005), foi declarada a Década da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o enfoque “Mulher no Desenvolvimento”.

O trabalho com os grupos organizados foi estratégico em relação a pautas sociais do campo como a segurança e soberania alimentar. No Programa Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural para o Ano Agrícola 1982/83 (EMATER/RS-ASCAR, 1982), na região de Santa Rosa, é apresentado o Projeto Alimentação. A estratégia metodológica consistia na assistência para a produção de alimentos para autoconsumo a 4.126 famílias assistidas e a 272 Clubes de Senhoras e Moças, contemplando um total de 5.200 participantes. Os grupos de mulheres foram fundamentais para que as orientações fossem disseminadas nas comunidades rurais.

A inserção em espaços coletivos e o protagonismo das mulheres permitiram outros avanços ao longo do tempo, como a inclusão das famílias em programas governamentais e o surgimento de associações e agroindústrias.

Levantamento realizado pela Emater/RS-Ascar, em 2023, indica que na região de Santa Rosa ainda existem 538 grupos, com a participação de 7.484 mulheres no total. Entre os principais desafios da sequência do trabalho com grupos de mulheres está o aproveitamento do potencial de mobilização para propor soluções às demandas sociais emergentes, inclusive em relação ao ODS 5 apresentado pela ONU, na Agenda 2030, que desafia a alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMÁTICA

O estudo remete ao papel do Estado enquanto articulador de projetos de desenvolvimento regional, por meio da inclusão social e produtiva de mulheres rurais ao longo das últimas seis décadas. A análise realizada aponta que a organização de grupos de mulheres, pela Extensão Rural, é uma estratégia eficaz para a promoção do acesso à informação e a políticas públicas no meio rural do noroeste gaúcho.

REFÊRENCIAS

BECHARA, Miguel. **Extensão Agrícola**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Departamento da Produção Vegetal, 1954.

BICCA, Eduardo Fernandes; KRAHENHOFER, Paul Heinz; FABIÃO, Mariléia Pinheiro (orgs). EMATER. Rio Grande do Sul/ ASCAR. **50 anos de Extensão Rural no Rio Grande do Sul/ EMATER/RS-ASCAR**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2005. 159 p.

EMATER/RS-ASCAR. **Programa Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Programação para o Ano Agrícola 1982/83**. Santa Rosa/RS, Escritório Regional da Emater/RS-Ascar, 1982.

KAPPEL, Paulo. **Do saneamento básico à organização social**. Entrevista concedida a Deise Anelise Froelich. Jornal da Emater. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta, 2015, p. 6 e 7.

KAPPEL, Paulo. **Operação Tatu: a revolução que transformou o êxodo e transformou o trabalho em solo gaúcho**. Entrevista concedida a Deise Anelise Froelich. Jornal da Emater. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta, 2015, p. 12.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Objetivo 5**. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em 7 de março de 2024.



PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRÍGUEZ, M. P. **Gênero e atores sociais no enfoque territorial do desenvolvimento rural**. In: MIRANDA, C.; COSTA, C. Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero. Brasília: IICA, 2005. v. 2, p. 33-54. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. 624 p.